



## 01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO

NÚMERO DO TÍTULO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
PR033200000050	24/06/2020	CURITIBA	PR	54200.000319/2014-11

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - Autarquia Federal criada pelo Decreto Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ nº 00.375.972/0001-60, sede e jurisdição em todo território nacional.

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
BRASILEIRA	CASADA	AGRICULTORA	14.740.264-3 - SSP/PR

CPF/CGC	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	UF	CODIGO DO BENEFICIÁRIO
			PR	PR033200000050

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
BRASILEIRA	CASADO	AGRICULTOR	38.082.315 - SSP/SP

CPF/CGC	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	UF	CÓDIGO DO BENEFICIÁRIO
		SAO JOAO DO IVAI	PR	PR033200000050

Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966; 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, alterada pela Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014 e regulamentada pelo Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL	NÚMERO DO LOTE	DENOMINAÇÃO DA GLEBA
PA EGIDIO BRUNETTO	144	GLEBA RIBEIRAO BONITO 5 SE

IMÓVEL	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	UF	CÓDIGO DO IMÓVEL NO SNCR	ÁREA (Ha)
RURAL	RIO BRANCO DO IVAL	PR	9510993112357	11.9069

ONZE HECTARES, NOVENTA ARES E SESENTA E NOVE CENTIARES

CONFORME PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO. PARTES INTEGRANTES DESTES INSTRUMENTO.

ÁREA DE EXPLORAÇÃO COLETIVA: 0,0037 Ha

ÁREA DE RESERVA LEGAL COLETIVA 5.7319

ÁREA TOTAL OUTORGADA POR EXTENSO	ÁREA TOTAL (Ha)
DEZESSETE HECTARES, SESSENTA E QUATRO -ARES E VINTE E CINCO CENTIARES	17,6425

PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO, EM ANEXO, INTEGRAM O PRESENTE TÍTULO E DEVERÃO, IGUALMENTE, COMPOR O REGISTRO DE IMÓVEL CORRESPONDENTE	CREA
DATA 31/10/2019	RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO/DEMARCAÇÃO ANTONIO CARLOS CORDEIRO
	3421/TD/PR

<b>REGISTRO IMOBILIÁRIO</b>	<b>MATR./TRANSC.</b>	<b>OFÍCIO:</b>	<b>LIVRO:</b>	<b>FOLHA/FICHA:</b>	<b>COMARCA:</b>	<b>UF:</b>

VALOR DO HECTARE	VALOR DO IMÓVEL + BENEFITÓRIA ( SE HOUVER )	FORMA DE PAGAMENTO
RS 308,30	RS 5.439,18	A PRAZO

NÚMERO DE PRESTAÇÕES	FREQUÊNCIA DE PAGAMENTO	VALOR DA 1ª PRESTAÇÃO	DATA VENCIMENTO - 1ª PRESTAÇÃO
17	ANUAL	R\$ 319,94	24/06/2023

IMPRESSO ELETRONICAMENTE PELO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA - V. WEB - ATD01

**№ 055182**

Licensed to Noé Ferreira Filho - noeferreira-adm@hotmail.com

O **OUTORGANTE**, qualificado com fundamento na legislação federal de regência, tendo em vista o que consta do respectivo processo administrativo, transfere ao **OUTORGADO** o imóvel constante deste **TÍTULO DE DOMÍNIO – TD**, em caráter definitivo, transmitindo ao mesmo o domínio e posse, sob as condições constantes das cláusulas seguintes:

**II)** promover ações visando dar acesso às políticas de créditos, execução dos serviços de medição e demarcação topográfica, bem como a viabilização da infraestrutura básica, previstos no Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA ou outro instrumento que o Incra utilize ou venha a utilizar;

IV) explorar o imóvel direta e pessoalmente, por meio de sua unidade familiar, exceto se verificada situação que enseje justa causa ou motivo de força maior reconhecido pelo Incra, admitidas a intermediação de cooperativas, a participação de terceiros, onerosa ou gratuita, e a celebração do título de integração de que trata a Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016;

V) não ceder, a qualquer título, a posse ou a propriedade da parcela recebida, ainda que provisória e parcialmente, para uso ou exploração por terceiros;

VI) observar a legislação ambiental, em especial quanto à manutenção e à preservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente;

VII) observar as diretrizes técnicas, econômicas e sociais definidas pelo Incra para projeto de assentamento;

VIII) proceder o pagamento em caso de TD oneroso à vista ou a prazo, em prestações anuais e sucessivas, amortizáveis em até 20 (vinte) anos, incluída a carência de 3 (três) anos.

X) facilitar, a qualquer tempo, o ingresso no imóvel de representantes do outorgante, devidamente credenciados, para fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições estipuladas neste título;

XI) o presente TD é transferível a qualquer tempo por sucessão legítima ou testamentária, desde que os herdeiros ou legatários assumam as obrigações constantes do presente instrumento, vedado o fracionamento do lote;

XII) decorrido o prazo de dez anos e cumpridas as condições resolutivas, o OUTORGADO poderá negociar o TD, por ato inter vivos, sendo vedada a incorporação a outro imóvel rural, cuja área final ultrapasse quatro módulos fiscais;

XIII) as cláusulas resolutivas constantes do TD vigorarão pelo prazo mínimo de dez anos, contado da data de celebração do contrato de concessão de uso ou de outro instrumento equivalente;

XIV) para pagamento à vista, será concedido desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do título desde que efetuado dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do recebimento do título;

XV) caso de atraso no pagamento da prestação anual, sobre o seu valor vencido incidirão juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, além da atualização monetária de 1% (um por cento) ao ano;

XVI) extingue-se a cláusulas resolutivas, quando cumulativamente: a) decorridos dez anos da data de expedição do TD; b) no caso de TD convertido de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, para a contagem do tempo de expedição, soma-se o tempo dos dois instrumentos titulatórios; c) da data de celebração do Contrato de Concessão de Uso – CCU ou documento equivalente, para a contagem do tempo de expedição, soma-se o tempo dos instrumentos titulatórios; d) se registrado o imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente; e) se cumpridas as cláusulas IV, V, VI, VII e VIII do presente TD;

XVII) o presente TD será resolvido, independentemente de qualquer medida judicial, se descumprida qualquer cláusula resolutiva;

XVIII) os casos omissos resolver-se-ão com base na legislação em vigor;

XIX) o presente TD tem plena força e validade de escritura pública, a teor do art. 7º, do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987 e deverá ser levado a registro no competente Cartório de Registro de Imóveis, procedimento este isento do pagamento de custas ou emolumentos, conforme previsto no art. 26-A da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e no art. 290-A da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

XX) o presente TD deve ser firmado em uma via, aceitando o OUTORGADO, expressamente, as cláusulas e condições dele constantes, ficando eleito o foro da cidade da sede da Superintendência Regional do Incra, com renúncia a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que resultarem do presente instrumento.

Superintendente Regional  
**Geraldo Melo Filho**  
Presidente INCRA